



ÁREA TEMÁTICA
Educação Profissional e
Tecnológica

PLANO DE CAPACITAÇÃO CORPORATIVA PARA MINERADORAS: ENFRENTANDO O RACISMO AMBIENTAL EM TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES TRADICIONAIS DEPENDENTES DA ÁGUA¹.

Ludmilla Pereira Massoto Laranjeiras¹

¹ lfrj (PG) ludylaranjeiras@ufrj.br

Palavras-chave: *Racismo ambiental; programa de capacitação; mineradoras.*

Introdução

A mineração, historicamente vinculada a lógicas de exploração dos territórios e territorialidades, produz impactos socioambientais que recaem de maneira desigual sobre populações vulnerabilizadas. O evento do rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), 2015, evidenciou essa realidade ao liberar cerca de 39 milhões de metros cúbicos de rejeitos no córrego do Fundão e, posteriormente, no rio Gualaxo do Norte, no rio do Carmo e em todo o curso do rio Doce, até alcançar o Atlântico. O evento comprometeu ecossistemas em larga escala e afetou a qualidade da água, a biodiversidade aquática e a subsistência de milhares de pessoas. Para as populações tradicionais, cuja vida depende diretamente da água, seja para pesca, agricultura de subsistência, extrativismo e uso doméstico, a contaminação hídrica significou não apenas a perda material, mas o comprometimento de modos de vida e identidades. Em tais contextos, práticas de racismo ambiental têm crescido, pois comunidades negras e tradicionais são expostas desproporcionalmente a riscos hídricos. O quadro é agravado pelas mudanças climáticas, que intensificam eventos extremos, ampliando a probabilidade de novos colapsos de barragens e de impactos sobre a água e seus usos sociais. Discutir o papel da educação ambiental crítica no contexto corporativo minerador, portanto, significa investir em conscientização, transformação e fortalecimento da justiça socioambiental.

Metodologia

Pesquisa qualitativa de caráter exploratório, buscando compreender de que modo a educação ambiental crítica aplicada ao meio corporativo pode contribuir para enfrentar práticas de racismo ambiental no setor mineral brasileiro. Foram combinados três procedimentos principais: (i)

revisão bibliográfica com foco nos temas de justiça ambiental e racismo ambiental, que serviu de base para situar a problemática dentro de um marco teórico crítico; (ii) análise documental da Ata de Audiência Pública de Barra Longa (PR-MG-00000261/2020), da qual foram extraídos relatos de atingidos que denunciaram práticas de racismo ambiental; e (iii) entrevistas com três professores doutores especialistas, que contribuíram para validar os eixos de conteúdo, identificar lacunas de pesquisa e reforçar a pertinência da proposta.

Resultados e discussão

Os resultados confirmam a hipótese de que a educação ambiental crítica, quando incorporada ao meio corporativo minerador, tende a atuar de forma reativa, proativa, preventiva e integrada na redução de danos socioambientais e na mitigação de práticas de racismo ambiental. A integração da revisão bibliográfica, dos relatos e das entrevistas possibilitou a elaboração de um conteúdo programático-base estruturado em três eixos: (i) formação teórica sobre justiça socioambiental e racismo ambiental; (ii) atividades educativas que promovem o diálogo entre mineradoras e comunidades atingidas, valorizando seus saberes e modos de vida dependentes do meio; e (iii) estratégias pedagógicas aplicadas ao setor corporativo, incluindo planos de contingência e medidas preventivas e resolutivas. Esse plano proposto visa ampliar a consciência crítica de gestores e colaboradores, fortalecer a capacidade institucional de resposta e promover práticas corporativas mais responsáveis. Ao combater o racismo ambiental e colocar a proteção da água no centro da agenda minerária, esse plano contribui para transformar a cultura institucional e apoiar uma governança mais justa e sustentável em tempos de mudanças climáticas.

¹ Este resumo foi desenvolvido com base em parte dos resultados da monografia de conclusão do Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), intitulada *Proposta de programa de capacitação para mineradoras brasileiras: combatendo o racismo ambiental estrutural institucional à luz do rompimento da barragem do Fundão* (LARANJEIRAS, 2024). Para consultar a proposta completa do programa de capacitação, recomenda-se a leitura do referido material.



Tabela 1: Conteúdo programático base: teoria e workshops

Fase 1: A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO
<p>Módulo 1: Introdução ao racismo ambiental</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição e histórico: fase pré-colonial mineradora. - Exemplos de racismo ambiental e injustiça ambiental no contexto da mineração. - Discussão sobre desigualdade de poder entre empresas e comunidades.
<p>Módulo 2: Impactos da mineração nas comunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - Impactos ambientais e sociais da mineração. - Relação entre poluição e saúde pública. - Efeitos no curto, médio e longo prazos em comunidades marginalizadas. - Estudos de caso.
<p>Módulo 3: Interseccionalidade</p> <ul style="list-style-type: none"> - Relação entre raça, classe e questões ambientais. - Como diferentes minorias e identidades experienciam o racismo ambiental.
<p>Módulo 4: Desastres ambientais tecnológicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Definição e exemplificação base a casos de estudo e suas consequências sociais. - Análise dos impactos em comunidades vulneráveis. - Culpabilidade e responsabilização.
Fase 2: ENTENDENDO AS REPERCUSSÕES LEGAIS DAS AÇÕES CORPORATIVAS
<p>Módulo 5: Direitos das comunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> - O crime de racismo ambiental. - Legislação relacionada a desastres ambientais, com foco em direitos humanos. - Casos judiciais e status das sentenças dos casos de estudo apresentados.
Fase 3: COMBATENDO O RACISMO AMBIENTAL
<p>Módulo 6: Identificação e denúncias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sinais de racismo ambiental nas comunidades. - Como identificar e lidar com o racismo ambiental. - Discussão: definição de métodos para se avaliar e lidar com racismo ambiental. - Discussão: estruturas seguras e anônimas para denúncia, sem risco para o colaborador.
<p>Módulo 7: Práticas sustentáveis</p> <ul style="list-style-type: none"> - Discussão: modelos de mineração responsável. - Discussão: como implementar práticas que respeitem os direitos das comunidades.
<p>Módulo 8: Comunicação e psicologia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Questões envolvidas a formação de identidade. - Empatia, respeito e humanidade. - Escuta ativa e respeitosa. - Validação e invalidação no discurso. - Comunicação verbal e não-verbal. - Comunicação não-violenta. - Os limites da burocracia: a (1) metrificação do sofrimento e a (2) tecnificação do discurso. - Como ouvir as histórias e necessidades locais. - Boas práticas com comunidades afetadas.
<p>Módulo 9: Convívio e engajamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Importância de construir redes de apoio e comunicação com as comunidades. - Estratégias e canais de comunicação para estabelecer um diálogo aberto com as comunidades.

ÁREA TEMÁTICA
Educação Profissional e Tecnológica

<ul style="list-style-type: none"> - Estratégias para mobilizar comunidades na construção de parcerias. - Estratégias para promover inclusão e diversidade.
<p>Módulo 10: Monitoramento e avaliação</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ferramentas para avaliar a eficácia das práticas de redução do racismo ambiental. - Ferramentas para avaliar a eficácia das práticas na melhoria do relacionamento com a comunidade. - Ajuste de ações base no <i>feedback</i> da comunidade.
Fase 4: EXPERIÊNCIAS E FEEDBACK
<p>Módulo 11: Finalização</p> <ul style="list-style-type: none"> - Compartilhando histórias e lições aprendidas. - Feedback anônimo. - Potenciais ações de educação ambiental que poderiam ainda ser implementadas.

Fonte: Autoria própria (2024)

Referências

- ACSELRAD, Henri (org.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. *O que é justiça ambiental?* Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- BULLARD, Robert. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; HERCULANO, Selene. *O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*, v. 3, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2008.
- HERCULANO, Selene. *Racismo ambiental, o que é isso?* Disponível em: https://www.professores.uff.br/seleneherculano/wp-content/uploads/sites/149/2017/09/Racismo_3_ambiental.pdf. Acesso em: 13 ago. 2025.
- LARANJEIRAS, Ludmilla Pereira Massoto. *Proposta de programa de capacitação para mineradoras brasileiras: combatendo o racismo ambiental estrutural institucional à luz do rompimento da barragem do Fundão*. 2024. 118 f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental) — Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Tecnologia, Santa Maria, RS, 2024.
- PÁDUA, José Augusto (orgs.). *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- SILVA, Maria do Socorro; SILVA, Marcelo de Almeida. Racismo ambiental e injustiça ambiental no Brasil: desafios contemporâneos. *Revista de Direito Ambiental*, v. 28, n. 112, p. 45-67, 2023.
- VALÊNCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa (orgs.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima Editora, 2009.
- WANDERLEY, Luiz Jardim; MANSUR, Maíra Sertã; PINTO, Raquel Gifoni. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, Bruno; LOSEKANN, Cristiana (orgs.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. p. 39-90.
- ZHOURI, Andréa; VALÊNCIO, Norma; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; LASCHEFSKI, Klemens; SANTOS, Ana Flávia. *O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social*. Ciência e Cultura, v. 68, n. 3, p. 36-41, jul./set. 2016.